

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota	Controladora			Consolidado			Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora			Consolidado		
		Reapresentado 31/12/14	Reapresentado 31/12/13	Reapresentado 01/01/13	Reapresentado 31/12/14	Reapresentado 31/12/13	Reapresentado 01/01/13			Reapresentado 31/12/14	Reapresentado 31/12/13	Reapresentado 01/01/13	Reapresentado 31/12/14	Reapresentado 31/12/13	Reapresentado 01/01/13
<b>Circulante</b>															
Caixa e equivalentes de caixa	4	16.329	24.813	7.295	19.579	28.040	10.366	Empréstimos e financiamentos		159.528	39.422	80.204	171.537	50.650	89.357
Contas a receber de clientes	5	222.724	159.900	117.629	231.335	162.335	119.958	Fornecedores	15	36.623	23.106	42.822	46.164	36.078	53.123
Estoques	6	98.543	77.458	62.378	100.903	87.837	73.973	Partes relacionadas	10	39.195	36.600	15.239	19.835	17.644	14.534
Impostos a recuperar	7	15.149	11.904	12.490	17.464	13.433	14.189	Impostos e contribuições a pagar	16	4.142	4.357	5.608	5.968	6.299	5.733
Partes relacionadas	10	2.868	1.962	2.164	1.826	1.416	192	Obrigações sociais	18	8.860	8.933	5.930	11.328	12.891	6.919
Outros créditos		3.314	1.457	1.291	6.094	2.069	1.963	Dividendos e juros sobre capital próprio		-	6.508	2.082	-	6.512	2.082
		<u>358.927</u>	<u>277.494</u>	<u>203.247</u>	<u>377.201</u>	<u>295.133</u>	<u>220.641</u>	Provisão para perda no investimento	11.2	2.597	819	-	-	-	-
								Provisões diversas	17.1	6.448	3.653	3.155	6.448	3.653	3.155
<b>Total do ativo circulante</b>								Outras contas a pagar		1.542	174	492	2.134	374	929
<b>Não circulante</b>								<b>Total do passivo circulante</b>		<b>258.935</b>	<b>123.572</b>	<b>157.812</b>	<b>263.414</b>	<b>134.101</b>	<b>175.832</b>
Impostos a recuperar	7	200	139	260	200	139	270	<b>Não circulante</b>							
Partes relacionadas	10	10.651	11.250	-	10.651	11.250	-	Provisões para riscos							
Aplicações financeiras restritas	8	41.574	48.054	4.421	41.574	48.054	4.421	trabalhistas e tributários	17.2	7.860	7.168	5.957	7.860	7.168	5.957
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	-	-	-	-	Empréstimos e financiamentos	14	38.093	36.728	24.499	38.093	36.728	24.499
Ativo financeiro	9	23.490	-	-	23.490	-	-	Subvenções governamentais	20	3.582	825	853	3.582	1.517	5.022
Investimentos	11	22.081	12.879	1.861	-	-	-	Outras contas a pagar		-	-	223	327	663	
Imobilizado	12	17.162	13.563	13.481	24.777	19.954	16.464	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>49.535</b>	<b>44.721</b>	<b>31.309</b>	<b>49.758</b>	<b>45.740</b>	<b>32.621</b>
Intangível	13	28.836	11.726	1.066	29.117	11.870	1.147	<b>Total do passivo</b>		<b>308.470</b>	<b>168.293</b>	<b>189.121</b>	<b>313.172</b>	<b>179.841</b>	<b>208.453</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>143.994</b>	<b>97.611</b>	<b>21.089</b>	<b>129.809</b>	<b>91.267</b>	<b>22.302</b>	<b>Patrimônio líquido</b>							
								Capital social	21.1	230.617	230.317	62.881	230.617	230.317	62.881
								Opções de ações	23	409	310	310	409	310	
								Prejuízos acumulados	21.2	(37.426)	(24.683)	(28.890)	(37.426)	(24.683)	(28.890)
								Ajuste ou conversão de balanço	21.4	851	868	914	851	868	
								<b>Total do patrimônio líquido atribuído aos acionistas da controladora</b>		<b>194.451</b>	<b>206.812</b>	<b>35.215</b>	<b>194.451</b>	<b>206.812</b>	<b>35.215</b>
								Participação dos acionistas não controladores		-	-	-	(613)	(253)	(725)
								<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>194.451</b>	<b>206.812</b>	<b>35.215</b>	<b>193.838</b>	<b>206.559</b>	<b>34.490</b>
								<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>502.921</b>	<b>375.105</b>	<b>224.336</b>	<b>507.010</b>	<b>386.400</b>	<b>242.943</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		Reapresentado 31/12/14	Reapresentado 31/12/13	Reapresentado 31/12/14	Reapresentado 31/12/13
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>					
<b>Lucro (prejuízo) do exercício antes dos impostos</b>		<b>(12.743)</b>	<b>10.811</b>	<b>(8.861)</b>	<b>14.057</b>
<b>Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:</b>					
Depreciação e amortização		3.377	2.719	5.422	4.509
Provisão valor justo das opções de ações		99	-	99	-
Juros e variações monetária sobre empréstimos		4.860	4.718	4.505	5.181
Provisão para créditos de liquidação duvidosos		(3.381)	40	(2.336)	3.058
Provisões diversas		2.795	498	2.795	498
Provisões para riscos trabalhistas e tributários		692	1.211	692	1.211
Provisões para obsolescência dos estoques		3.062	(275)	3.426	(275)
Equivalência patrimonial		(3.563)	(6.838)	-	-
Alienação de ativo imobilizado		353	609	473	504
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais:</b>					
Contas a receber de clientes		(59.443)	(42.311)	(66.661)	(45.438)
Estoques		(24.147)	(14.805)	(16.492)	(13.589)
Impostos a recuperar		(3.306)	586	(4.092)	995
Imposto de renda e contribuição social pagos antecipadamente		-	-	-	-
Transações com partes relacionadas		(1.604)	(11.048)	(410)	(12.474)
Dividendos recebidos		-	1.353	-	-
Outros créditos		(1.857)	(166)	(4.025)	(106)
<b>Aumento (redução) dos passivos operacionais:</b>					
Fornecedores		13.517	(19.716)	10.086	(17.045)
Obrigações sociais		(73)	3.003	(1.563)	5.972
Impostos a pagar e contribuições		(215)	(1.155)	(331)	566
Imposto de renda e contribuição social - pagos		-	(96)	(3.658)	(2.985)
Transações com Partes Relacionadas a pagar		2.595	21.361	2.191	3.110
Outras contas a pagar		1.514	(240)	1.667	(881)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais</b>		<b>(77.468)</b>	<b>(49.741)</b>	<b>(77.073)</b>	<b>(53.132)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>					
Aumento de capital em controlada		(2.727)	(4.640)	-	-
Ativo financeiro		(23.490)	-	(23.490)	-
Aplicações financeiras restritas		6.480	(43.633)	6.480	(43.633)
Aquisição de imobilizado e intangível		(24.439)	(16.523)	(27.965)	(19.226)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>		<b>(44.176)</b>	<b>(64.796)</b>	<b>(44.975)</b>	<b>(62.859)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>					
Aumento de capital		300	167.436	300	167.436
Captações de empréstimos e financiamentos		154.040	38.494	156.182	38.494
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal		(29.451)	(68.250)	(30.084)	(66.326)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros		(7.978)	(3.515)	(8.351)	(3.826)
Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio		(6.508)	(2.082)	(6.508)	(2.082)
Subvenção governamental		2.757	(28)	2.065	15
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos</b>		<b>113.160</b>	<b>132.055</b>	<b>113.604</b>	<b>133.711</b>
Varição cambial		-	-	(17)	(46)
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(8.484)</b>	<b>17.518</b>	<b>(8.461)</b>	<b>17.674</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>		<b>24.813</b>	<b>7.295</b>	<b>28.040</b>	<b>10.366</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>		<b>16.329</b>	<b>24.813</b>	<b>19.579</b>	<b>28.040</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		Reapresentado 31/12/14	Reapresentado 31/12/13	Reapresentado 31/12/14	Reapresentado 31/12/13
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>24</b>	<b>327.753</b>	<b>280.496</b>	<b>317.310</b>	<b>286.326</b>
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	25	(238.908)	(196.838)	(232.235)	(182.321)
<b>Lucro bruto</b>		<b>88.845</b>	<b>83.658</b>	<b>115.075</b>	<b>104.005</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Despesas administrativas	26	(35.199)	(23.629)	(44.387)	(26.115)
Despesas comerciais	26	(26.254)	(18.485)	(30.986)	(22.543)
Despesas de pesquisa e desenvolvimento	26	(48.693)	(42.484)	(52.527)	(45.633)
Resultado de equivalência patrimonial	11	3.563	6.838	-	-
<b>Lucro (prejuízo) antes das receitas (despesas) financeiras</b>		<b>(17.738)</b>	<b>5.898</b>	<b>(12.825)</b>	<b>9.714</b>
Despesas financeiras	27.2	(35.663)	(23.464)	(37.354)	(25.429)
Receitas financeiras	27.1	40.658	28.377	41.318	29.772
<b>Lucro (prejuízo) do exercício antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(12.743)</b>	<b>10.811</b>	<b>(8.861)</b>	<b>14.057</b>
Imposto de renda e contribuição social Corrente	28	-	(96)	(4.242)	(2.870)
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>		<b>(12.743)</b>	<b>10.715</b>	<b>(13.103)</b>	<b>11.187</b>
<b>Resultado atribuível aos:</b>					
Acionistas controladores		(12.743)	10.715	(12.743)	10.715
Acionistas não controladores		-	-	(360)	472
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>		<b>(12.743)</b>	<b>10.715</b>	<b>(13.103)</b>	<b>11.187</b>
<b>Lucro (prejuízo) por ação básico</b>	22	(0,9710)	0,8870	(0,9710)	0,8870
<b>Lucro (prejuízo) por ação diluído</b>	22	(0,9670)	0,8850	(0,9670)	0,8850

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		Reapresentado 31/12/14	Reapresentado 31/12/13	Reapresentado 31/12/14	Reapresentado 31/12/13
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>		<b>(12.743)</b>	<b>10.715</b>	<b>(13.103)</b>	<b>11.187</b>
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado:					
Ajustes de conversão de balanço das controladas no exterior		(17)	(46)	(17)	(46)
<b>Resultado abrangente do exercício</b>		<b>(12.760)</b>	<b>10.669</b>	<b>(13.120)</b>	<b>11.141</b>
Resultado abrangente atribuível aos:					
Acionistas controladores		(12.760)	10.669	(12.760)	10.669
Acionistas não controladores		-	-	(360)	472
<b>Resultado abrangente do exercício</b>		<b>(12.760)</b>	<b>10.669</b>	<b>(13.120)</b>	<b>11.141</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Administração tem convicção de que a Sociedade possui demanda para seus produtos e recursos adequados para continuar em operação no futuro previsível.

### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.2. Base de preparação - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. 2.3. Uso de estimativa e julgamento - Na aplicação das políticas contábeis da Sociedade e de suas controladas, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas a seguir descritas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revistas se a revisão afetar apenas esse exercício ou período, ou também em exercícios ou períodos subsequentes se a revisão afetar os resultados futuros. A fim de proporcionar um entendimento de como a Sociedade e suas controladas formam seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue: (a) Vida útil do ativo imobilizado - A Sociedade e suas controladas reconhecem a depreciação de seu ativo imobilizado com base em vida útil estimada, baseada nas suas práticas e na experiência prévia e reflete a vida econômica desses ativos, sendo revisada anualmente. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar em decorrência de diversos fatores. As vidas úteis do imobilizado também afetam os testes de recuperação de seu custo. (b) Redução dos valores de recuperação dos ativos - A cada encerramento de exercício, a Sociedade e suas controladas revisam os saldos dos ativos intangíveis e imobilizado, avaliando a existência ou não de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

(c) Provisão para realização dos estoques - É constituída com base na análise dos preços de venda praticados, líquidos dos efeitos de tributos e de despesas fixas incorridas nos esforços de vendas.

(d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - É constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Sociedade e por suas controladas para cobrir prováveis perdas na realização dos créditos.

(e) Provisão para riscos trabalhistas e tributários - A Sociedade e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a jurisprudence disponível, as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores

continuação...

exterior para o real são contabilizados no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes - efeitos de conversão de investimentos no exterior. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 2.5.Demonstração do valor adicionado - A Sociedade elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA") individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação complementar às demonstrações financeiras em IFRSs, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs. 2.6.Reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013 e do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2013. Durante a preparação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Administração da Sociedade identificou erros e, como consequência, revisou as práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, à luz das IFRSs e dos CPCs vigentes. A Administração da Sociedade concluiu que as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2013 possuem ajustes que, no julgamento da Administração da Sociedade, são relevantes e requerem a reapresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Todos os ajustes e reclassificações realizados estão descritos a seguir:

Controladora e Consolidado	
31/12/2013	01/01/2013
<b>Resumo dos ajustes</b>	
<b>Patrimônio líquido antes dos ajustes</b>	<b>285.924</b>
Efeito de ajustes de anos anteriores	(60.611)
Reconhecimento de receita fora do período de competência (a)	1.305
Ajuste a valor presente sobre as contas a receber de clientes (b)	(679)
Provisão para obsolescência Estoque (c)	908
Provisão para devedores duvidosos (e)	527
Provisão para garantia (d)	(49)
Provisão para devolução de vendas (d)	76
Provisão para comissões (d)	(619)
Provisões para riscos tributários (d)	(612)
Imposto de renda e contribuição social Diferido (f)	(5.389)
Intangível em desenvolvimento - Serviços tecnológicos (g)	(12.291)
Outros ajustes (h), (i) e (j)	(1.678)
<b>Patrimônio líquido ajustado</b>	<b>206.812</b>

Controladora e Consolidado	
31/12/2013	01/01/2013
<b>Lucro Líquido do exercício antes dos ajustes</b>	<b>27.399</b>
Reconhecimento de receita fora do período de competência (a)	1.305
Ajuste a valor presente sobre as contas a receber de clientes (b)	(679)
Provisão para obsolescência estoque (c)	908
Provisão para devedores duvidosos (e)	527
Provisão para garantia (d)	(49)
Provisão para devolução de vendas (d)	76
Provisão para comissões (d)	(619)
Provisão para riscos tributários (d)	(614)
Imposto de renda e contribuição social diferido (f)	(5.389)
Intangível em desenvolvimento - Serviços tecnológicos (g)	(12.291)
Outros ajustes (h), (i) e (j)	141
<b>Lucro líquido ajustado:</b>	<b>10.715</b>

	Balanços patrimoniais em 1º de janeiro de 2013 e 31 de dezembro de 2013 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)							
	Controladora		Controladora		Controladora		Controladora	
Ativo	Apresentado 01/01/13	Ajustes	Reclassificações	Ajustado 01/01/13	Apresentado 31/12/13	Ajustes	Reclassificações	Ajustado 31/12/13
<b>Circulante</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	11.716	-	(4.421)	7.295	72.867	-	(48.054)	24.813
Contas a receber de clientes	143.571	(25.280)	(662)	117.629	190.056	(29.559)	(597)	159.900
Estoques	61.689	689	-	62.378	71.171	6.287	-	77.458
Impostos a recuperar	6.238	2.596	3.656	12.490	5.521	3.246	3.137	11.904
Partes relacionadas	-	-	2.164	2.164	1.416	-	-	1.962
Imposto de renda e contribuição social pagos antecipadamente	3.656	-	(3.656)	-	3.137	-	(3.137)	-
Outros créditos	1.291	-	-	1.291	1.457	-	-	1.457
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>228.161</b>	<b>(21.995)</b>	<b>(2.919)</b>	<b>203.247</b>	<b>345.625</b>	<b>(20.026)</b>	<b>(48.105)</b>	<b>277.494</b>
<b>Não circulante</b>								
Contas a receber de clientes	1.502	-	(1.502)	-	816	-	(816)	-
Impostos a recuperar	260	-	-	260	139	-	-	139
Partes relacionadas	-	-	-	-	10.383	-	-	867
Aplicações financeiras restritas	-	-	4.421	4.421	-	-	48.054	48.054
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.969	(15.969)	-	-	20.780	(20.780)	-	-
Investimentos	12.957	(11.096)	-	1.861	27.798	(14.919)	-	12.879
Imobilizado	13.481	-	-	13.481	13.563	-	-	13.563
Intangível	1.066	-	-	1.066	24.018	(12.292)	-	11.726
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>45.235</b>	<b>(27.065)</b>	<b>2.919</b>	<b>21.089</b>	<b>97.497</b>	<b>(47.991)</b>	<b>48.105</b>	<b>97.611</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>273.396</b>	<b>(49.060)</b>	<b>-</b>	<b>224.336</b>	<b>443.122</b>	<b>(68.017)</b>	<b>-</b>	<b>375.105</b>

(a)CPC 30 - Receitas - Reconhecimento de Receita fora do período de competência.  
 b)CPC 12 - Ajuste a Valor Presente - registro de provisão de ajuste de valor presente;  
 (c)CPC 16 - Estoques - complemento de provisão para obsolescência e giro lento dos estoques.  
 (d)CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - complemento de provisões de diversas naturezas, tais como provisão para garantia, provisão para devoluções, provisão para comissão de vendas e provisão para representantes comerciais.  
 (e)Complemento da provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre contas a receber de clientes vencidos e sem perspectiva de realização.  
 (f)CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - a Sociedade identificou que o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativo constituído sobre prejuízos fiscais e diferenças temporariamente indutíveis da controladora e de sua controlada localizada em Israel não se realizariam conforme suas projeções de resultados futuros e constituiu provisão para não realização do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativo.  
 (g)CPC 04 - Ativo Intangível - baixa de ativo intangível, por não atender aos critérios determinados no CPC 04, referentes a serviços tecnológicos desenvolvidos pelo acionista CPqD.  
 (h)CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações - ajuste do saldo do plano de opções de ações não reconhecidas anteriormente.  
 (i)CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais - estorno de receita com subvenções da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP lançadas no resultado em anos anteriores sem a respectiva contrapartida à amortização das despesas com desenvolvimento de projetos capitalizadas como intangível.  
 (j)Outros ajustes - ajuste referente a 13º salário e férias reconhecidos fora do período de competência.  
 (k)Reclassificações efetuadas para fins comparativos: aplicações financeiras, clientes e empréstimos: segregação entre curto e longo prazos e partes relacionadas reclassificadas de clientes e fornecedores.

Balanços patrimoniais em 1º de janeiro de 2013 e 31 de dezembro de 2013 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)							
	Controladora						
	Apresentado 01/01/13	Ajustes	Reclassificações	Ajustado 01/01/13	Apresentado 31/12/13	Ajustes	Reclassificações

<b>Passivo</b>								
<b>Circulante</b>								
Empréstimos e financiamentos	69.946	-	10.258	80.204	33.758	-	5.664	39.422
Fornecedores	58.061	-	(15.239)	42.822	59.706	-	(36.600)	23.106
Partes relacionadas	-	-	15.239	15.239	-	-	36.600	36.600
Impostos e contribuições a pagar	5.608	-	-	5.608	4.357	-	-	4.357
Obrigações sociais	5.050	880	-	5.930	8.933	-	-	8.933
Dividendos e juros sobre capital próprio	2.082	-	-	2.082	6.508	-	-	6.508
Provisão para perda no investimento	-	2.280	-	2.280	-	819	-	819
Provisões diversas	-	3.155	-	3.155	-	3.653	-	3.653
Outras contas a pagar	1.291	(799)	-	492	544	3	(373)	174
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>142.038</b>	<b>5.516</b>	<b>10.258</b>	<b>157.812</b>	<b>113.806</b>	<b>4.475</b>	<b>5.291</b>	<b>123.572</b>
<b>Não circulante</b>								
Provisões para riscos trabalhistas e tributários	775	5.182	-	5.957	1.000	2.471	3.697	7.168
Empréstimos e financiamentos	34.757	-	(10.258)	24.499	42.392	-	(5.664)	36.728
Subvenção Governamental	-	853	-	853	-	4.149	(3.324)	825
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>35.532</b>	<b>6.035</b>	<b>(10.258)</b>	<b>31.309</b>	<b>43.392</b>	<b>6.620</b>	<b>(5.291)</b>	<b>44.721</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>177.570</b>	<b>11.551</b>	<b>-</b>	<b>189.121</b>	<b>157.198</b>	<b>11.095</b>	<b>-</b>	<b>168.293</b>
<b>Patrimônio líquido</b>								
Capital social	62.881	-	-	62.881	230.317	-	-	230.317
Opções de ações	121	189	-	310	205	105	-	310
Reserva de Lucros	31.446	(31.446)	-	-	52.337	(52.337)	-	-
Lucros / prejuízos acumulados	-	(28.890)	-	(28.890)	-	(24.683)	-	(24.683)
Ajuste ou conversão de balanço	1.378	(464)	-	914	3.065	(2.197)	-	868
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>95.826</b>	<b>(60.611)</b>	<b>-</b>	<b>35.215</b>	<b>285.924</b>	<b>(79.112)</b>	<b>-</b>	<b>206.812</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>273.396</b>	<b>(49.060)</b>	<b>-</b>	<b>224.336</b>	<b>443.122</b>	<b>(68.017)</b>	<b>-</b>	<b>375.105</b>

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2013 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)			
	Controladora		
	Apresentado 31/12/13	Ajustes	Ajustado 31/12/13

<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Lucro do exercício antes dos impostos</b>	<b>27.399</b>	<b>(16.588)</b>	<b>-</b>	<b>10.811</b>
<b>Ajustes para reconciliar o resultado líquido do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:</b>				
Depreciação e amortização	2.719	-	-	2.719
Provisão Valor Justo das Opções de Ações	84	(84)	-	-
Juros e variações monetária sobre empréstimos	4.718	-	-	4.718
Provisão para créditos de liquidação duvidosos	486	(446)	-	40
Provisões diversas	-	498	-	498
Provisões para riscos trabalhistas e tributários	224	115	872	1.211
Provisões para obsolescência dos estoques	954	(1.229)	-	(275)
Equivalência patrimonial	(14.841)	8.003	-	(6.838)
Ajustes de conversão de balanço	1.687	-	(1.687)	-
Alienação de ativo imobilizado	477	-	132	609
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.293)	4.293	-	-
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais:</b>				
Contas a receber	(58.084)	4.725	11.048	(42.311)
Estoques	(10.436)	(4.369)	-	(14.805)
Impostos a recuperar	838	(252)	-	586
Transações com partes relacionadas	-	-	(11.048)	(11.048)
Dividendos recebidos	-	-	1.353	1.353
Outros créditos	(167)	-	1	(166)
<b>Aumento (redução) dos passivos operacionais:</b>				
Fornecedores	1.645	-	(21.361)	(19.716)
Obrigações sociais a pagar	3.883	(880)	-	3.003
Impostos a pagar	(1.250)	-	95	(1.155)
Impostos pagos	-	-	(96)	(96)
Transações com partes relacionadas a pagar	-	-	21.361	21.361
Outras contas a pagar	(746)	1.367	(861)	(240)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais</b>	<b>(44.703)</b>	<b>(4.847)</b>	<b>(191)</b>	<b>(49.741)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>				
Aumento de capital em controlada	2.586	-	(7.226)	(4.640)
Aplicações financeiras em garantia	-	-	(43.633)	(43.633)
Aquisição de imobilizado e intangível	(28.815)	12.292	-	(16.523)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(26.229)</b>	<b>12.292</b>	<b>(50.859)</b>	<b>(64.796)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Aumento de capital	167.436	-	-	167.436
Captações de empréstimos e financiamentos	38.494	-	-	38.494
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(71.765)	-	3.515	(68.250)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	-	-	(3.515)	(3.515)
Dividendos propostos	(6.508)	-	6.508	-
Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio	4.426	-	(6.508)	(2.082)
Subvenção Governamental	-	(28)	-	(28)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos</b>	<b>132.083</b>	<b>(28)</b>	<b>-</b>	<b>132.055</b>
Variação cambial	-	-	-	-
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>61.151</b>	<b>7.417</b>	<b>(51.050)</b>	<b>17.518</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>11.716</b>	<b>(4.421)</b>	<b>-</b>	<b>7.295</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>72.867</b>	<b>2.996</b>	<b>(51.050)</b>	<b>24.813</b>

	Consolidado		
	Apresentado 31/12/13	Ajustes	Ajustado 31/12/13
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Lucro do exercício antes dos impostos</b>	<b>27.418</b>	<b>(13.361)</b>	<b>-</b>
<b>Ajustes para reconciliar o resultado líquido do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:</b>			
Depreciação e amortização	4.509	-	-
Provisão Valor Justo das Opções de Ações	84	(84)	-
Juros e variações monetária sobre empréstimos	5.181	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosos	1.657	1.401	-
Provisões diversas	-	498	-
Provisões para riscos trabalhistas e tributários	224	115	872
Provisões para obsolescência dos estoques	954	(1.229)	-
Ajustes de conversão de balanço	1.687	-	(1.687)
Alienação de ativo imobilizado	372	-	132
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6.258)	6.258	-
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais:</b>			
Contas a receber	(62.891)	4.979	12.474
Estoques	(7.118)	(6.471)	-
Impostos a recuperar	1.125	(130)	-
Transações com partes relacionadas	-	-	(12.474)
Outros créditos	(105)	-	(1)
<b>Aumento (redução) dos passivos operacionais:</b>			
Fornecedores	(13.936)	-	(3.109)
Obrigações sociais a pagar	6.852	(880)	-
Impostos a pagar	566	-	566
Impostos pagos	-	-	(2.985)
Transações com partes relacionadas a pagar	-	-	3.110
Outras contas a pagar	(1.325)	(817)	1.261
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais</b>	<b>(41.004)</b>	<b>(9.723)</b>	<b>(53.132)</b>
Aumento de capital em controlada	2.586	-	(2.586)
Aplicações financeiras em garantia	-	-	(43.633)
Aquisição de imobilizado e intangível	(33.971)	14.745	(19.226)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(31.385)</b>	<b>14.745</b>	<b>(62.859)</b>
Aumento de capital	167.436	-	-
Captações de empréstimos e financiamentos	38.494	-	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(70.152)	-	3.826
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	-	-	(3.826)
Dividendos propostos	(6.512)	-	6.512
Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio	4.430	-	(6.512)
Subvenção	-	15	-
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos</b>	<b>133.696</b>	<b>15</b>	<b>-</b>
Variação cambial	-	-	(46)
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>61.307</b>	<b>5.039</b>	<b>(4</b>

continuação...

## Demonstrações dos valores adicionados em 31 de dezembro de 2013 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Controladora			
	Apresentado	Ajustes	Reclassificações	Ajustado
	<b>31/12/13</b>			<b>31/12/13</b>
<b>1 - Receitas</b>	<b>375.231</b>	<b>(19.771)</b>	-	<b>355.460</b>
1.1.Vendas de mercadorias, produtos e serviços	375.717	(20.297)	-	355.420
1.2.Provisão para devedores duvidosos	(486)	526	-	40
1.3.Outras Receitas	-	-	-	-
<b>2 - Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>224.636</b>	<b>7.292</b>	<b>(72)</b>	<b>231.856</b>
2.1.Materiais consumidos	145.481	(4.991)	-	140.490
2.2.Energia, serviços de terceiros e outras desp. Operacionais	79.155	12.283	(72)	91.366
<b>3 - Retenções</b>	<b>2.647</b>	-	<b>72</b>	<b>2.719</b>
3.1.Depreciação e amortização	2.647	-	72	2.719
<b>4 - Valor adicionado líquido</b>	<b>147.948</b>	<b>(27.063)</b>	-	<b>120.885</b>
<b>5 - Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>20.299</b>	<b>14.916</b>	-	<b>35.215</b>
5.1.Resultado de equivalência patrimonial	7.414	(576)	-	6.838
5.2.Receitas financeiras	12.885	15.492	-	28.377
<b>6 - Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>168.247</b>	<b>(12.147)</b>	-	<b>156.100</b>
<b>7 - Distribuição do valor adicionado</b>	<b>168.247</b>	<b>(12.147)</b>	-	<b>156.100</b>
<b>7.1.Pessoal e encargos</b>	<b>34.758</b>	<b>93</b>	-	<b>34.851</b>
Remuneração direta	30.799	93	(2.034)	28.858
Benefícios	3.959	-	-	3.959
F.G.T.S.	-	-	2.034	2.034
<b>7.2.Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>80.321</b>	<b>4.164</b>	-	<b>84.485</b>
Federais	40.406	4.812	-	45.218
Estaduais	37.949	(648)	-	37.301
Municipais	1.966	-	-	1.966
<b>7.3.Remuneração do capital de terceiros</b>	<b>25.769</b>	<b>280</b>	-	<b>26.049</b>
Juros	23.026	280 (d)	-	23.306
Aluguéis	2.743	-	-	2.743
<b>7.4.Remuneração do capital próprio</b>	<b>27.399</b>	<b>(16.684)</b>	-	<b>10.715</b>
Dividendos propostos e juros sobre capital próprio	6.508	-	-	6.508
Lucros retidos / prejuízo exercício	20.891	(16.684)	-	4.207

## Demonstrações dos valores adicionados em 31 de dezembro de 2013 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Consolidado			
	Apresentado	Ajustes	Reclassificações	Ajustado
	<b>31/12/13</b>			<b>31/12/13</b>
<b>1 - Receitas</b>	<b>391.971</b>	<b>(19.770)</b>	-	<b>372.201</b>
1.1.Vendas de mercadorias, produtos e serviços	389.402	(20.296)	-	369.106
1.2.Provisão para devedores duvidosos	2.531	527	-	3.058
1.3.Resultados não operacionais	38	(1)	-	37
<b>2 - Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>199.213</b>	<b>7.643</b>	<b>(909)</b>	<b>206.947</b>
2.1.Materiais consumidos	94.264	(4.642)	-	89.622
2.2.Outros custos de produtos e serviços vendidos	6.422	-	-	6.422
2.3.Energia, serviços de terceiros e outras desp. Operacionais	98.527	12.285	(909)	109.903
<b>3 - Retenções</b>	<b>3.599</b>	-	<b>910</b>	<b>4.509</b>
3.1.Depreciação e amortização	3.599	-	910	4.509
<b>4 - Valor adicionado líquido</b>	<b>189.159</b>	<b>(27.413)</b>	-	<b>161.745</b>
<b>5 - Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>13.601</b>	<b>16.171</b>	-	<b>29.772</b>
5.1.Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-
5.2.Receitas financeiras	13.601	16.171	-	29.772
<b>6 - Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>202.760</b>	<b>(11.242)</b>	-	<b>191.517</b>
<b>7 - Distribuição do valor adicionado</b>	<b>202.760</b>	<b>(11.242)</b>	-	<b>191.517</b>
<b>7.1.Pessoal e encargos</b>	<b>53.897</b>	<b>93</b>	-	<b>53.991</b>
Salários e encargos	48.456	94	(2.850)	45.700
Benefícios	5.441	-	-	5.441
FGTS	-	-	2.850	2.850
<b>7.2.Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>93.766</b>	<b>4.163</b>	-	<b>98.399</b>
Federais	51.002	5.282	-	56.284
Estaduais	38.241	(649)	-	37.592
Municipais	4.523	-	-	4.523
<b>7.3.Remuneração do capital de terceiros</b>	<b>27.660</b>	<b>280</b>	-	<b>27.940</b>
Juros	24.354	280	-	24.634
Aluguéis	3.306	-	-	3.306
<b>7.4.Remuneração do capital próprio</b>	<b>27.437</b>	<b>(16.250)</b>	-	<b>11.187</b>
Dividendos propostos e juros sobre capital próprio	6.508	-	-	6.508
Lucros retidos / prejuízo exercício	20.910	(16.703)	-	4.207

### 3.PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados. 3.1. Investimento - Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são avaliados na Controladora pelo método da equivalência patrimonial. A participação da Sociedade nos resultados das sociedades controladas e coligadas é reconhecida no resultado do exercício, como resultado de equivalência patrimonial. No caso de variação cambial de investimentos no exterior, que apresentem moeda funcional diferente da Sociedade, as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes - ajuste de conversão de investimentos no exterior e somente são levadas ao resultado do exercício quando o investimento for vendido ou baixado para perda. Para o cálculo da equivalência patrimonial, os lucros não realizados nas operações com controladas são integralmente eliminados, tanto nas operações de venda da controlada para a Controladora quanto entre as controladas. Perdas não realizadas são eliminadas, mas somente se não houver evidência de perda por redução do valor recuperável. Os investimentos em entidades coligadas sobre as quais a Sociedade tem influência significativa são apresentados no Consolidado dentro de investimentos em coligadas no ativo não circulante e mensurados pelo método da equivalência patrimonial, conforme divulgado na nota explicativa nº 11. Saldos e transações entre as sociedades e quaisquer receitas ou despesas dessas transações são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

Participação societária	Participação %	
	Capital total e votante	Reapresentado
	<b>31/12/14</b>	<b>31/12/13</b>

Civcom Devices and Systems Ltd.	100,00%	100,00%
Sucursal Argentina	100,00%	100,00%
WxBR Sistemas de Telecomunicações Ltda.	76,36%	76,36%
PSG - Padtec Serviços Globais de Telecomunicações Ltda.	100,00%	100,00%
Padtec EUA	100,00%	0,00%

3.2. Transações denominadas em moeda estrangeira - Quando existentes, os ativos e passivos monetários indexados em moeda estrangeira são convertidos para reais usando a taxa de câmbio vigente na data de fechamento dos respectivos balanços patrimoniais. As diferenças decorrentes da conversão de moeda são reconhecidas como receitas ou despesas financeiras no resultado. 3.3. Instrumentos financeiros. (i) Ativos financeiros não derivativos - A Sociedade e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade e suas controladas reconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade e suas controladas têm o direito legal de compensar os valores e têm a intenção de quitar em uma base líquida ou de realizar o ativo a liquidar o passivo simultaneamente. - Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado - Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Sociedade e suas controladas gerenciarem tais investimentos e tomam decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão e seus documentos e a estratégia de investimentos da Sociedade e de suas controladas. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. - Empréstimos e recebíveis - São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros créditos e partes relacionadas. (ii) Passivos financeiros - Sociedade e suas controladas reconhecem títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade e suas controladas baixam um passivo financeiro quando têm suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Sociedade e suas controladas utilizam a data de liquidação como critério de contabilização. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade e suas controladas têm o direito legal de compensar os valores e têm a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. A Sociedade e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: (a) débitos com partes relacionadas; (b) fornecedores; e (c) outras contas a pagar. Os passivos financeiros de empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Classificação como instrumentos de dívida e de patrimônio líquido - Instrumentos de dívida e de patrimônio líquido são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a essência do acordo contratual.

Instrumentos de patrimônio líquido - Um instrumento de patrimônio líquido representa qualquer contrato que contenha uma participação residual nos ativos de uma entidade líquida de todos os seus passivos. Instrumentos de patrimônio líquido emitidos pela Sociedade e por suas controladas são registrados pelos recursos recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão. 3.4. Caixa e equivalente de caixa - Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras possuem prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação, têm liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é determinado levando-se em consideração as cotações ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo e serem, essas aplicações financeiras, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estarem sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras incluídas em equivalentes de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado". 3.5. Contas a receber de clientes - Registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Sociedade e suas controladas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as prováveis perdas na realização dos créditos. O cálculo do valor presente, quando aplicável, é efetuado na data da transação com base em uma taxa de juros que reflete o prazo e as condições de mercado da época. 3.6. Estoques - Demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização (valor estimado de venda no curso normal dos negócios, menos as despesas estimadas para realizar a venda) e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. A Sociedade e suas controladas custeiam seus estoques por absorção, utilizando a média móvel ponderada para estes. 3.7. Imobilizado - Avaliado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, com exceção de terrenos e construções em andamento, acrescido dos juros incorridos e capitalizados durante a fase de construção dos bens, quando aplicável. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou família de ativos, pelo método linear de modo que seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores sejam mensuráveis de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do seu uso contínuo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo e são reconhecidos no resultado do exercício ou período em que ocorre a alienação ou baixa. 3.8. Intangível - Registrado ao custo de aquisição, é composto basicamente por: (i) Software - Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Sociedade e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. A vida útil estimada dos itens significativos do ativo intangível para os exercícios apresentados estão divulgados na nota explicativa nº 13. (ii) Pesquisa e desenvolvimento - Os gastos com pesquisas são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos de desenvolvimento são reconhecidos no ativo intangível somente quando atendem a todos os seguintes critérios: (i) os custos de desenvolvimento possam ser mensurados de maneira confiável; (ii) o produto ou processo for técnico e comercialmente viável e os benefícios econômicos futuros forem prováveis; e (iii) a Sociedade e suas controladas tenham a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Tais gastos com desenvolvimento de novos produtos passarão a ser registrados no ativo não circulante a partir de 2013, tendo em vista que atendem a todos os requisitos estabelecidos pelo CPC 04 - Intangível. Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. (iii) Gastos subsequentes - Capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorridos no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado, conforme incorridos. (iv) Amortização - Os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear, e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, a partir da data em que estão disponíveis para uso. 3.9. Redução ao valor recuperável - "impairment". (i) Ativos não financeiros - No fim de cada exercício, a Administração da Sociedade e suas controladas revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos não serão recuperáveis pelas operações ou por sua alienação. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante de perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável individual de um ativo, a Sociedade e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados a cada unidade geradora de caixa ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponível para uso são submetidos ao teste de redução ao valor líquido recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução do valor recuperável. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente por uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os

riscos específicos do referido ativo. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. 3.10. Provisões - Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Sociedade e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base em uma taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de uma transação. A provisão para riscos trabalhistas e tributários é constituída com base em pareceres jurídicos e na avaliação da Administração sobre os processos conhecidos na data do balanço patrimonial, para os riscos considerados prováveis de perda. 3.11. Subvenção e assistência governamentais - Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do exercício, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo é efetuada em conta específica do passivo. 3.12. Benefícios a empregados. (i) Plano de contribuição definida - A Sociedade e suas controladas fornecem aos seus colaboradores benefícios que englobam, basicamente, plano de previdência privada com contribuição definida, administrado pela Fundação Sistel de Seguridade Social. Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais os serviços são prestados pelos empregados. (ii) Pagamento baseado em ações - O valor justo das opções concedidas, determinado na data da outorga, é registrado como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base no plano de ações da Sociedade sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. 3.13. Resultado por ação - básico e diluído - O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Sociedade e da média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado de maneira similar ao resultado por ação básico, exceto pelo fato de que as quantidades de ações em circulação são ajustadas para refletir ações adicionais em circulação caso as ações com potencial de diluição atribuíveis a opções de compra de ações tivessem sido emitidas durante os exercícios apresentados. 3.14. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos - A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras nos países onde a Sociedade e suas controladas operam e geram resultado tributável. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas a interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos com vigência na data-base das demonstrações financeiras. Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas; entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados, bem como são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de encerramento de exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A despesa ou receita com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A Sociedade e suas controladas somente reconhecem uma provisão sobre assuntos fiscais se um evento passado originar uma obrigação presente. A Sociedade e suas controladas determinam se uma obrigação presente existe no final do exercício tomando em consideração todas as evidências disponíveis, incluindo, por exemplo, a opinião de assessores jurídicos. A Sociedade também leva em consideração se é provável que existirá uma saída de ativos e se uma estimativa confiável pode ser feita. Em novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória - MP nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição - RTT e traz outras providências, entre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77, que trata do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, bem como na legislação pertinente à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL; (ii) definição de que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, posteriores à publicação dessa MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclusão de tratamento específico sobre a tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclusão de disposições sobre o cálculo de juros sobre o capital próprio; e (v) novas considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial. As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015, no entanto, a sua adoção antecipada, de forma irretirável, em 2014, pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente aqueles relacionados a dividendos e juros sobre o capital próprio efetivamente pagos desde 2008 até a data de publicação dessa MP. A Sociedade e suas controladas elaboraram estudos sobre os possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação das referidas disposições da MP e concluíram não resultar em ajustes relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2014. 3.15. Tributos indiretos - As receitas de vendas dos produtos e serviços prestados estão sujeitas aos impostos e às contribuições pelas seguintes alíquotas básicas: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS: 18% com base de cálculo reduzida em 33%, para vendas realizadas no Estado de São Paulo. Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI: 0,75%. - Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS: 1,65%. - Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS: 7,60%. Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN: 5,00%. Esses tributos são apresentados como deduções das vendas e estão demonstrados na nota explicativa nº 24. 3.16. Apuração do resultado - O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. (i) Venda de bens e serviços - A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, quando for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Sociedade e suas controladas, os custos associados podem ser estimados de maneira confiável, quando não haja evidência contínuo com os bens vendidos e o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. 3.17. Garantia dos produtos - Gastos com garantia relacionados a peças de reposição são reconhecidos no momento em que a receita é registrada na demonstração do resultado. O registro é feito através de valores estimados com base em fatores históricos. O período de cobertura da garantia varia de um a três anos. 3.18. Arrendamento mercantil - Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamento recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento. Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento, visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. 3.19. Normas e interpretações novas, revisadas e emitidas e ainda não adotadas - Os pronunciamentos e as interpretações contábeis emitidos pelo IASB e "International Financial Reporting Standards Interpretations Committee - IFRIC", a seguir, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC; dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Sociedade e suas controladas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Eles serão adotados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Sociedade e suas controladas ainda não estimaram a extensão dos possíveis impactos desses novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Pronunciamento: IAS 16 e IAS 38 - Descrição: Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização - as alterações à IAS 16 problem as entidades de utilizarem um método de depreciação com base na receita para itens do imobilizado. As alterações à IAS 38 introduzem uma presunção refutável de que as receitas não contribuem base adequada para fins de amortização do intangível. Vigência: (1); Pronunciamento: IFRS 11 - Descrição: Contabilização para aquisições de participações em operações em conjunto - a alteração estabelece que os princípios relevantes da contabilização de combinações de negócios devem ser adotados. Vigência: (1); Pronunciamento: IFRS 15 - Descrição: Receita de contratos com clientes - estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização de receitas resultantes de contratos com clientes. Vigência: (2); Pronunciamento: IFRS 9 - Descrição: Instrumentos Financeiros - a IFRS 9, emitida em novembro de 2009, introduziu novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. Em outubro de 2010 foi alterada para incluir requerimentos para classificação e mensuração de passivos financeiros e para desconhecimento. Em 2013 para incluir um novo modelo de contabilidade de "hedge" ("hedge accounting") desenhado para ser mais bem alinhado em relação à forma como uma entidade trata suas atividades de administração na

exposição de riscos financeiros e não financeiros. Adicionalmente, em 2014 contendo exigências para: (i) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; (ii) metodologia de redução ao valor recuperável; e (iii) contabilização geral de "hedge". Vigência: (3) (1) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida. (2) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida. (3) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. As alterações às IFRSs mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC e do CFC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC e aprovadas pelo CFC até a data de sua aplicação obrigatória. A Administração da Sociedade e suas controladas não espera que essas alterações tenham efeito sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade e por suas controladas. 4. PATRIMÔNIO LÍQUIDO. 4.1. Capital social - O capital social da Sociedade, em 31 de dezembro de 2014, é de R\$230.617 (R\$230.317 em 31 de dezembro de 2013) e está representado por 13.208.685 (13.167.270 em 31 de dezembro de 2013) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Após subscrição e integralização do capital, as ações estão distribuídas entre seus acionistas conforme segue:

Acionistas	Quantidade de ações	% de participação
Fundação CPqD - Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações	6.055.250	45,84%
IdeiasNet Fundo de Investimento em Participações	4.469.628	33,84%
BNDES Participações S.A - BNDESPAR	2.542.177	19,25%
Outros	141.630	1,07%
<b>Total</b>	<b>13.208.685</b>	<b>100,00%</b>

Em abril de 2013 o BNDES Participações S/A – BNDESPAR, a Ideiasnet Fundo de Investimento em Participações FIP I, administradores e alguns funcionários subscreveram no capital social da Sociedade o montante de R\$167.436, com a emissão de 3.881.188 ações ordinárias. Esses recursos são destinados ao desenvolvimento do plano de negócios da Padtec, com foco na ampliação do portfólio de produtos, na expansão da atuação internacional e na aquisição de Companhias, consolidando a liderança da Sociedade nos mercados nacional e latino-americano, em franca expansão. Conforme mencionado na nota explicativa nº 23, em 2014 os beneficiários do plano de opções de ações realizaram a opção do terceiro "vesting" no montante de R\$482, sendo R\$300 integralizados no capital social em 30 de junho de 2014. 4.2. Reserva de lucros Legal - Em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e do Estatuto Social da Sociedade, é constituída reserva legal equivalente a 5% do lucro líquido apurado em cada exercício. Em 31 de dezembro de 2014 não foi constituída reserva devido ao prejuízo acumulado da Sociedade. Conforme o artigo 200 da Lei nº 6.404/76, as reservas de capital foram utilizadas para absorção de prejuízos que ultrapassaram os lucros acumulados e as reservas de lucros. 4.3. Dividendos - O Estatuto Social da Sociedade define a destinação de 25%, ajustada nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, de dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos quando for apurado lucro no exercício. Não houve distribuição de dividendos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 devido ao prejuízo acumulado. Em 31 de dezembro de 2013 foram distribuídos R\$6.508 em dividendos. 4.4. Conversão de balanço - Referência aos ajustes acumulados de conversão de todas as diferenças de moeda estrangeira decorrentes da conversão das demonstrações financeiras de operações no exterior. 5. LUCRO POR AÇÃO - O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Sociedade pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas pelas opções de compra de ações, sendo determinada a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo, com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas, conforme descrito anteriormente, é comparada com